

21/06/16

Economistas e Brexit:

Integração europeia flexível e seus limites

Jorge Braga de Macedo

O debate acerca da relação do Reino Unido com a Europa começou pouco depois da adesão à Comunidade Económica, tendo-se já havido um referendo em 1975, em que perderam os que queriam reverter o processo, o que hoje se chama Brexit. Se, mau grado as cláusulas de exceção conseguidas pelo RU há quatro meses, os defensores do Brexit vencerem no referendo de 23 de junho, então os economistas terão falhado na demonstração dos benefícios para o RU da União Europeia criada em 1991 pelo Tratado de Maastricht.

A base de toda a integração europeia fica fragilizada se os economistas não conseguirem demonstrar que as perdas acumuladas ao longo do tempo seriam superiores aos ganhos resultantes das trocas de bens, serviços e ativos financeiros do RU com a UE. Ao contrário dos ganhos do comércio para as famílias e empresas, na segurança as perdas atribuídas à imigração contam mais do que os ganhos. Mais, as perdas verificar-se-iam quer numa economia global próspera quer na conjuntura medíocre que se tem registado desde a crise global, atizando receios de estagnação secular nos países desenvolvidos e nos próprios BRICS.

Um trabalho divulgado este mês pelo NBER, intitulado *A Contagious Malady? Open Economy Dimensions of Secular Stagnation* (nº22299, por Gauti Eggertson et al.), alerta para a assimetria entre a política orçamental, que tem efeitos externos positivos, e a política monetária ou as políticas estruturais, em que se verifica o inverso. Demonstrar que a transmissão da estagnação secular é facilitada pela globalização financeira não implica evidentemente que as economias abertas se devam fechar antes alerta para semelhanças entre a conjuntura atual e a dos anos 1930. No verão passado, como notou Kevin O'Rourke, o produto industrial mundial relativo ao início da crise de 1929 ultrapassou o atual ("It has finally happened", *The Irish Economy*, 29/11/15).

Mau grado a resposta por carta da Academia Britânica, mantém-se atual a pergunta da Rainha de Inglaterra ao visitar a *London School of Economics* em 05/11/08: "como é que ninguém viu chegar a crise?". Na hora, Luis Garicano respondera que cada especialista vivia no seu silo, o que se continua a verificar, com consequências mais gravosas.

A razão dessa impotência dos economistas deriva é certo do dano reputacional da "crise de olhos azuis", como descrito nos capítulos que coligi em *Writing to Queens while crises proceed*, especialmente na 2ª edição (2015). Como lembra Paul Krugman nas *Notes on Brexit* de 12/06/16, aquela impotência também resulta da

disfuncionalidade da integração europeia, especialmente desde que à crise das dívidas soberanas na zona euro a partir de 2010 se acrescentou a crise do sistema de Schengen e dos refugiados.

Essa disfuncionalidade é tanto mais grave quanto atingiu esquemas que visavam superar as deficiências da intergovernamentalismo sem resvalar para um federalismo utópico, de maneira que ameaça uma via reformista europeia que permitisse fazer funcionar o princípio da proximidade nos dois sentidos consoante a matéria.

A estrutura dos mercados e dos bens públicos locais, nacionais, regionais e globais determina condições para melhorar a governação que descentalizam ou centralizam, mas a subsidiariedade é muitas vezes vista como tendo o sentido único de devolução para níveis mais próximos do cidadão. Esse enviesamento nota-se no postscripto de João Carlos Espada ao seu *The Anglo American Tradition of Liberty a view from Europe*, em especial no que toca à zona euro.

Esta a motivação de breves notas para um debate sobre Brexit, no qual saliento primeiro uma consequência que não tem merecido atenção, a cautela relativa à assimetria dos efeitos do referendo no resto da UE e no mundo, e depois aplico a análise a Portugal, tendo em conta a conjuntura política na Península Ibérica.

Assimetria do Brexit não é referendável

Quando matérias de identidade nacional são sujeitas ao voto, há uma presunção de continuidade em favor do *status quo*, pelo que bastará mais um voto para ficar: se isso dificulta o funcionamento da União Europeia é um problema desta não do Reino Unido. Pode ser que a união política europeia nunca se concretize mas há muito que o funcionamento das instituições europeias ultrapassa as relações internacionais, pelo que o esclarecimento dos votantes será sempre suficiente para *ficar*. Uma vitória do *sair*, pelo contrário exige seguimento pelo governo e pelo parlamento.

Como sugerido no parágrafo anterior, os resultados do referendo são assimétricos: os impactos do *sair* seriam muito mais disruptivos para o Reino Unido, a União Europeia, a Aliança Atlântica e o próprio mundo do que os do *ficar*.

A questão da coesão leste-oeste, norte-sul, posto que grave, é neste momento menos ameaçadora do que a governação da zona euro, incluindo tanto a tensão entre países devedores e credores como as ameaças à estabilidade financeira em ambos.

Embora real, o medo que os eleitores (que excluem tanto os expatriados como os ingleses não residentes) possam ter da imigração deveria ser vencido pela herança liberal inglesa, que se tornou largamente euro-americana.

Pensar Brexit a partir de Portugal, sem esquecer Espanha

Os dois países ligados desde 1373 pelo mais antigo tratado em vigor têm diferenças evidentes, desde logo porque Portugal, sem prejuízo das autonomias regionais, é um estado mais unitário. Porém, as pertenças múltiplas das duas populações incluem a Europa e a língua, com a diferença relevante de que os Estados Unidos não fazem parte da Commonwealth, ao passo que o Brasil é membro da CPLP. Ocorre referir que a Espanha, monarquia regionalizada tal como o Reino Unido, tem uma pertença mediterrânica mais premente que interfere com Europa e com língua. Assim os efeitos do Brexit em Portugal devem incluir especialmente os efeitos via Espanha, numa espécie de antípodas das invasões napoleónicas. Sabe-se que estas ameaçaram as constantes e linhas de força da diplomacia portuguesa, baseadas que eram no necessário predomínio da política externa sobre a interna.

Mais do que histórica, porém, estas constantes e linhas de força refletem as pertenças dos povos, que além de incluírem quase sempre uma forte dimensão local, são tipicamente múltiplas. Assim, estes povos não se consideram apenas europeus e têm uma ideia própria da Europa que depende da sua localização e da duração da sua independência política. No caso de grandes potências europeias, como foram Espanha, França e Reino Unido, a ideia de Europa passava por tentativas de domínio, ao passo que a diplomacia das potências pequenas e médias

visava antes de mais defender a autonomia da sua governação política.

Regresso aos século das luzes?

O problema do Brexit, e das suas eventuais sequelas na França ou na Holanda, é pois de uma secessão mutuamente consentida. Não sendo comparável com as chamadas "guerras civis europeias" que já duraram quase dois milénios, nem tão pouco com a que se verificou nos Estados Unidos, a secessão por referendo tem um elemento tão disruptivo como a eventual expulsão da Zona Euro (tipo Grexit ou Pexit), sobretudo tratando-se do país onde primeiro se observaram a liberdade política e o crescimento económico, processos significativamente intitulados revolução gloriosa e industrial.

No seu clássico *The Age of Reason 1700-1789*, Harold Nicolson mostra através de exemplos ingleses, americanos, franceses, prussianos e russos quão ilusórias foram as certezas racionalistas da época. Sem ignorar a distância entre os déspotas iluminados da Europa central e oriental e as rivalidades franco-inglesas, Nicolson valoriza as pertenças múltiplas de ambos. Por outro, não esquece as complexas relações anglo-americanas quando salienta que o próprio Thomas Paine (autor do livro com o mesmo título publicado em 1798) considerava “obstinada” a pertença europeia dos colonos americanos (p. 415 de Nicolson, 2ª edição, 2009).